

TJ-SP mais uma vez não cumpre a integralidade da data-base

Presidência anuncia 7%, volta atras e TJ-SP ainda estuda o índice de reposição. Servidores decidem próximos passos da Campanha Salarial em Assembleia Geral dia 8 de abril

Página 03



Entidades e especialistas debatem Projeto de Lei 3792/2015 (escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência)

Representantes da AASPTJ-SP, da AASP Brasil e profissionais de outras entidades reuniram-se, em São Paulo, no último dia 9 de março para a Oficina "A criança vítima ou testemunha de violência e sua exposição ao Sistema de Justiça – Debates sobre o PL 3792/2015".

Página 11



Informações sobre contribuição sindical compulsória - Página 09

Abertura do Ano Judiciário - Página 06

EDITORIAL

Há uma corrente de pensadores e estudiosos que define a política como luta. Para eles, a condição humana se dá em um mundo de escassez. Desta forma, a política seria a luta entre diversos grupos pela apropriação dos bens escassos. Política é luta pela imposição de apropriações das riquezas que estão sendo produzidas. Luta pela imposição de crenças e de ideias. A realidade é dura: Não há tudo o que as pessoas querem. Consequentemente ocorrerá apropriações diferenciadas. Então, uns vão se apropriar demais e outros de menos. Há condições em que essa diferença é branda, mas em outras ela é mais aguda.

Se pensarmos nesta definição de política, facilmente conseguimos localizá-la no cotidiano do Judiciário, um poder fortemente conservador, que há anos vem escancarando a diferença de direitos dentro de suas estruturas.

Ao ler as notícias deste Conexão Histórica, o associado irá perceber que ou nós, servidores do TJ-SP, nos unimos de forma hegemônica e firme ou vamos continuar sendo a mão de obra barata deste Poder que luta pela garantia de benesses como auxílio-moradia para juízes e desembargadores, mas sequer cumpre a integralidade da data-base de seus servidores. Um Judici-

ário que diz não aceitar o discurso de que faz diferença entre servidores e magistrados, que lança a campanha #somostj, mas que até hoje não cumpriu o acordo do dissídio coletivo da greve de 2010 que ele assinou.

Nesta edição relatamos as diversas frentes de luta que a AASPTJ-SP vem encampando pela garantia de direitos: pelo reajuste salarial e melhores condições de trabalho aos servidores da Justiça, por melhor revalorização dos salários das nossas categorias, contra o PL 3792/2015 que transforma o direito de uma criança vítima de violência ser escutada em obrigação de ser inquirida para a produção de provas, entre tantas outras lutas. Nos unimos a outros importantes atores e grupos que enfrentam as mesmas batalhas. Esperamos ter nossos associados ao nosso lado nesta jornada.

O associado pode ver que vivemos dias difíceis. Temos nossos direitos trabalhistas e nossa ética político-profissional ameaçados a todo momento. Mas, não percamos a esperança. Juntos somos fortes. Política é luta sim! É hora de nos juntarmos à luta geral dos trabalhadores. É hora de irmos para a Praça João Mendes e darmos nosso recado ao TJ e ao governo do estado. **É hora de luta!**

AASPTJ-SP

III Prêmio Serviço Social e Psicologia no Judiciário – Perspectiva Interdisciplinar

Veja o regulamento do III Prêmio Interdisciplinar no site da AASPTJ-SP. Não deixe de participar!

**III PRÊMIO
“SERVIÇO SOCIAL E
PSICOLOGIA NO JUDICIÁRIO-
PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR”**

A AASPTJ-SP convida seus associados e participantes do III Prêmio, apresentando seus trabalhos, conforme regulamento disponível no site www.aasptj.org.br.

Objetivos

- Diálogo interdisciplinar entre os associados;
- Fomento à produção técnica;
- Incentivo à sistematização do conhecimento;
- Divulgação do trabalho do assistente social e do psicólogo do TJ-SP;
- Valorização e publicação desse trabalho.

Participantes

- Assistentes sociais judiciais e psicólogos judiciais associados efetivos à AASPTJ-SP.

Inscrições

- Na AASPTJ-SP ou via Correios, até 25/07/2016 (data final para o envio dos trabalhos).
- Obs.: Os trabalhos que chegarem na AASPTJ-SP fora desta data não serão aceitos.

Premiação

- Trabalho com População e Ações Atendidas nas Varas
- 1º lugar – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
- 2º lugar – R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
- 3º lugar – R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
- Referente à análise (técnica-crítica) de temas de prática e/ou análise crítica de trabalho desenvolvidos ou em desenvolvimento com servidores. Por englobar menor número de profissionais, a premiação consistirá em: 1º lugar – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Informações: (11) 3208-0011 aasptj@asptj.org.br www.aasptj.org.br

TJ-SP mais uma vez não cumpre a integralidade da data-base



Houve um tempo em que os servidores públicos do Estado de São Paulo lutavam por uma data-base unificada e garantida por lei. Tal fato pode ser comemorado em 2006 com a sanção da Lei 12.391/06 pelo então governador Cláudio Lembo. Foi um marco para os servidores que agora poderiam unificar a luta e o governo tinha uma data fixa (1º de março) para cumprir a Constituição Federal e garantir a reposição de perdas salariais de seus trabalhadores.

Acostumados com a postura inflexível do Tribunal de Justiça, inclusive com presidentes que se recusavam a atender as entidades, a Lei da Data-Base trouxe alívio e esperança de garantia de direitos.

No entanto, os servidores foram ao longo destes anos obrigados a se acostumarem com outra artimanha do TJ-SP: ou não cumpre a lei ou cumpre-se a data-base, mas com um índice abaixo do oficial. Culpa-se a crise econômica, o corte do orçamento pelo Executivo, o fato de o governador não dar reposição para os demais servidores do estado, enfim, as desculpas são variadas. Fato é que este mesmo Tribunal garante ano a ano a reposição integral dos magistrados e desembargadores, instalando dentro da Justiça paulista uma política de classes.

Este ano começou uma nova gestão

no Tribunal de Justiça. Novo presidente, novos assessores... os mesmos problemas. Este ano ainda há mais uma desculpa: a crise política que assola o país.

A data-base chegou, a projeção do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para o período foi de 11,08%. O presidente do TJ-SP, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, chamou as entidades para uma audiência no dia 10 de março, às vésperas da assembleia-geral da categoria, para informar que cumpriria a data-base, mas o índice seria de 7%. Dimas também anunciou o aumento do auxílio saúde de R\$200 para R\$250 e reajuste de 11% no valor do auxílio-alimentação.

Os representantes das entidades manifestaram-se e lamentaram o TJ-SP mais uma vez não cumprir a integralidade da data-base. Juntando os atrasados o Tribunal já deve aos servidores cerca de 20%.

O desembargador disse que o TJ-SP ainda estava estudando os impactos para tentar chegar a um índice mais próximo da inflação do período. Nova reunião foi agendada para depois da assembleia

A assembleia-geral

Reunidos na Praça João Mendes, na capital, no dia

11 de março, parte dos servidores rejeitou, por unanimidade a proposta do Tribunal.

Foi aprovada a inclusão de novos itens na extensa pauta já aprovada na Campanha Salarial de 2015. Entre os itens da pauta geral, estão os específicos dos assistentes sociais e psicólogos:

- Equiparação salarial dos assistentes sociais e psicólogos - através de Gratificação Judiciária - com os peritos da área de saúde do pessoal do TJSP, como médicos e enfermeiros;

- Não obrigatoriedade de participação de assistentes sociais e psicólogos em trabalhos ou metodologias que não sejam sua atribuição profissional, que firmam sua ética profissional ou que sejam contrárias às deliberações de seus conselhos de classe.

Nova assembleia foi marcada para o dia 8 de abril.

Mais uma rodada de negociação

Dia 16 de março as entidades voltaram a reunir-se com o presidente. Esperava-se que o TJ oferecesse um índice maior (pelo menos 9%). Mas, não foi o que aconteceu.

Paulo Dimas endureceu o discurso de crise, disse que 2016 será um ano praticamente perdido, que o Executivo sinalizou que não irá complementar as verbas do Judiciário. Disse também que o TJ estava garantindo os 7% à revelia do Executivo que não vai oferecer índice nenhum aos seus trabalhadores. Alegou que definiu o índice de 7% porque esta é a projeção do que será oferecido aos juízes e que não quer fazer diferença entre servidores e magistrados.

O presidente mostrou-se descontente com o tom do ato dos servidores em frente ao Palácio no dia 11 e com uma ação junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) citando-o pelo não cumprimento da data-base da categoria (ato de uma das entidades, separadamente das decisões do conjunto). Disse que reafirma sua postura de trabalhar com transparência e de forma igualitária entre juízes e servidores. "Não sou o patrão que está negando aumento de salário aos funcionários. Sou apenas o gestor do TJ-SP. E o Tribunal somos todos nós", desabafou.

As entidades voltaram a insistir na necessidade de o Tribunal mudar a forma de negociação com os servidores, que acumulam perdas históricas.

Diante dos questionamentos dos representantes dos servidores, o presidente concordou em marcar uma reunião da comissão de orçamento das entidades e



os técnicos responsáveis pelo orçamento. Esta reunião ocorreu no dia 29 de março. As entidades apresentaram à comissão estudos realizados pelo contador José Carlos Barbosa de Almeida que demonstram que a Instituição tem verba suficiente em seu orçamento para garantir a data-base integral de seus servidores. Os técnicos



da Secretaria de Finanças e Orçamento (SOF), no entanto, dizem que o impacto orçamentário será muito grande e que o TJ não tem como cobri-lo sem aporte

do Executivo. De acordo com os técnicos, o índice de 7% anunciado retira dos cofres do Órgão mais de R\$ 403 milhões. Se o percentual for revisado, 9% seria um montante de mais de R\$ 523 milhões e se chegar aos 11%, o valor seria cerca de R\$ 645 milhões.

Paulo Dimas voltou a receber as entidades no dia 31 de março. Mas as notícias só pioraram. Além de não haver novidades, o Tribunal de Justiça agora já não garante mais nem o já anunciado índice de 7% para a reposição salarial. De acordo com Dimas, o Tribunal está fazendo um planejamento para poder cumprir a data-base e que responderá qual será o índice exato apenas na próxima semana. Afirmou que esteve em diversas reuniões com o governador do estado, Geraldo Alckmin, com a Secretaria do Planejamento e com a Secretaria da Fazenda para tratar das questões do orçamento do Judiciário, mas que as expectativas para este ano não são muito positivas.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP falou sobre a reunião entre as entidades e a Comissão de Finanças e Orçamento do TJ. "Pelos nossos estudos é possível ver

que o Tribunal tem orçamento suficiente para honrar a data-base”, expôs. Lembrou ao presidente que assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça que ficaram quatro meses em luta na Assembleia Legislativa no ano passado pelos PLs 06/2013 e 56/2013 ouviram dos deputados diversas vezes que o TJ não receberia mais nada do governo. “O Judiciário não pode mais ficar esperando iniciativa do Executivo e do Legislativo”, completou.

O desembargador disse que é equivocado dizer que o TJ tem orçamento suficiente. “Se tivesse eu já teria mandado pagar os servidores. Eu vivo um desgaste constante por conta disso”, alegou.

Os assistentes sociais e psicólogos

Eduardo Neves, primeiro tesoureiro da AASPTJ-SP protocolou ofício junto à pre-

sidência e solicitou à sua assessoria uma audiência da AASPTJ-SP com o desembargador Dimas para tratar da pauta específica dos assistentes sociais e psicólogos. Vamos retomar as negociações por uma revalorização dos salários dos assistentes sociais e psicólogos judiciários. Esta reunião irá ocorrer no dia 12 de abril.

Durante a Assembleia Geral dos servidores Maria Helena Correa, primeira secretária apontou para a importância da participação das nossas categorias na luta trabalhista dos servidores da Justiça bandeirante. “Nós, assistentes sociais e psicólogos, trabalhamos pela garantia de direitos no nosso trabalho, não vamos abrir mão dos direitos dos trabalhadores”, defendeu.

O que o Tribunal de Justiça deve aos seus servidores

A cada ano que passa sem pagar a reposição integral, o Tribunal de Justiça aumenta o rol de dívidas passadas com seus servidores. A soma de tudo isso já ultrapassa os 20%.

Veja o que o TJ-SP nos deve:

- Reposição das perdas salariais, calculadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o período entre 2002 e 2010, em torno de 18%
- Retroatividade de 4,77% do período março/novembro 2010, acordado no dissídio coletivo da greve de 2010;
- Retroatividade de 1,5% do período março/agosto de 2011, acordado no dissídio coletivo da greve de 2010;
- Diferença de 4,08% do período entre março de 2015/março de 2016 (se o índice de 7% for concretizado).

CAMPANHA SALARIAL 2016

**MAIS UMA VEZ O TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO CUMPRE A INTEGRALIDADE DO ÍNDICE DE REPOSIÇÃO NA DATA-BASE
AS DÍVIDAS DO TJ-SP COM SEUS SERVIDORES JÁ SOMAM MAIS DE 20%
VAMOS ACEITAR?**

**SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL DOS SERVIDORES
08 DE ABRIL
13 HORAS – PRAÇA JOÃO MENDES**



QUEREMOS JUSTIÇA NO TJ-SP!

AASPTJ-SP

Abertura do Ano Judiciário

O Tribunal de Justiça de São Paulo realizou no dia 15 de fevereiro sessão solene de Abertura do Ano Judiciário e de posse do Conselho Superior da Magistratura, do biênio 2016/2017. A AASPTJ-SP acompanhou o evento, representada pela conselheira fiscal Cláudia Anaf.

Diversas autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário paulista e nacional estiveram presentes. Além de saudar o novo presidente empossado, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, e os novos membros do conselho, os convidados falaram sobre a situação do Judiciário e a corrupção presente nos três Poderes.

Dimas apontou em sua fala que a Justiça brasileira não pode ser avaliada apenas pela famosa operação “lava jato”, pois se ocupa diariamente de outras pautas tão importantes quanto para a sociedade, mas que nem sempre ganham a atenção da mídia. “Há uma forte tendência na atualidade de difundir a ideia de que nada funciona bem neste país, que a corrupção está arraigada em todas as nossas instituições e que há má intenção em todas as iniciativas de nossos agentes públicos”, afirmou. “Mas vale a pena botar dois pés entusiasmados no chão e acreditar que somos capazes de reunir forças para opor óbices aos que pregam a ânsia da vida sem uma finalidade ética,” completou.

O desembargador também defendeu a autonomia financeira do Poder Judiciário, falou sobre a necessidade de uma reforma legislativa e a importância de os tribunais do país trabalharem de forma mais integrada e conjuntamente com o CNJ (Conselho Nacional da Justiça).

Representando os advogados do país, o presidente da Seccional São Paulo da OAB, Marcos da Costa, disse que a justiça demandada pela sociedade se fará a partir de investigações isentas, de denúncias promovidas com qualidade técnica, com o respeito aos princípios constitucionais, notadamente do devido processo legal, da presunção de inocência e da ampla defesa. “Não será nem a Justiça moro-



sa, nem a Justiça que, para dar rápida resposta, atropela preceitos constitucionais e legais. Muito menos ainda será a Justiça que busca nos holofotes saciar vaidades pessoais, mas será a Justiça verdadeira, que absolve inocentes e condena, nos exatos termos da lei, criminosos que nada respeitam e se apropriam dos espaços e dos recursos públicos”.

O procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, também manteve o tom de positividade em seu discurso. “Em tempos como os atuais, nos quais alguns parecem sugerir a instalação de crises sem solução, mercadores da desesperança, há também o nosso papel de portadores da esperança, veiculadores do otimismo, da crença de que a aposta no funcionamento da Justiça sempre haverá de ser a única aposta legítima e capaz de solver grande parte das mazelas que alimentam as injustiças, sobretudo as injustiças sociais”, disse.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez (PSDB), falou sobre os Projetos de Lei de interesse do TJ que foram aprovados pela Alesp e ressaltou a grandeza do Judiciário paulista.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin destacou parcerias entre Executivo e Judiciário, como audiências de custódia e teleaudiências e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. “Esta é a Casa que todos admiramos,” disse sobre o TJ-SP.

AASPTJ-SP participa de VII Encontro Estadual dos servidores do TJ-SP



Camila Marques/Assojubs

No dia 20 de fevereiro, a AASPTJ-SP esteve em Santos para participar do VII Encontro Estadual dos Servidores do TJ-SP. A presidente, Elisabete Borgianni, o primeiro tesoureiro Eduardo Campos Neves e a conselheira fiscal Cláudia Anaf representaram a Associação neste evento.

Organizado pela Assojubs (Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo), o encontro contou com renomados palestrantes que debateram temas importantes da conjuntura econômica, política e sindical.

Elisabete compôs a mesa de abertura juntamente com Michel Iorio Gonçalves, presidente da Assojubs, Claudia Damião, representando o Sintrajus (Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira do Estado de São Paulo) e Marcos Leite Penteado, tesoureiro da Apatej (Associação Paulista dos Técnicos Judiciários). Elisabete agradeceu a honra para a Associação em compor a mesa de abertura e reafirmou a importância do evento e da luta contínua pela unidade dos trabalhadores do Judiciário, que formam uma categoria que tem dentro dela várias especificidades como as dos oficiais de justiça, escreventes, agentes, assistentes sociais, psicólogos etc. Mas, tem conseguido se fazer representar junto ao Tribunal de forma unida e democrática. Ressaltou que a própria Pauta Geral dessa categoria mostra essa unidade na diversidade. Finalizando sua breve intervenção saudou o deputado Giannazzi e o professor Plínio.

Em seguida, ocorreu a palestra do de-

putado estadual Carlos Giannazi (PSOL), Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Ana Luiza de Figueiredo Gomes, diretora de base do Sintrajud, e Adilson Rodrigues dos Santos, coordenador geral da Fenajufe.

O deputado falou sobre a conjuntura política. Para ele, "2016 vai ser um ano de retirada de direitos e os trabalhadores devem estar organizados para fazer frente às medidas impostas pelo governo". Segundo Giannazi, a perspectiva não é boa, pois com o argumento da crise econômica e a baixa arrecadação, o Governo tende a efetuar um ajuste fiscal para "equalizar" as contas, o que já vem ocorrendo desde o ano passado com o não pagamento da reposição salarial do funcionalismo, propositura de decretos que afetam os servidores e os cortes de verbas na educação, com o fechamento de inúmeras salas de aula, saúde, cultura e a suspensão de obras públicas, como a ampliação das linhas do metrô.

Já o professor, que falou sobre a conjuntura econômica, confirmou o tal do "ajuste fiscal" mencionado pelo deputado, mas disse, que na prática ele ocorre somente para os trabalhadores. "O que estamos assistindo hoje no Brasil é o impacto da crise de 2008, com o colapso da especulação imobiliária nos Estados Unidos, aquela tida como marolinha", lembrou o professor. "E nesses oito anos nada foi feito para amenizar as consequências. Em vez de enfrentar os desafios abertos, o Governo optou pela política de ad-

ministrar a crise, apostando na hipótese de que os problemas seriam temporários, o que não aconteceu, e hoje se vê enroldado em suas próprias armadilhas e com a capacidade de ação comprometida."

Ana Luiza e Adilson fecharam os debates analisando a conjuntura sindical. Eles falaram sobre consciência de classe, organização e construção da luta contra o corporativismo e pelo respeito aos direitos trabalhistas. Para Ana Luiza, um dos problemas enfrentados pelos servidores é a imprensa. O ataque da mídia aos movimentos dos trabalhadores é grande, com dados distorcidos e manipulação de informações, o que leva muitas vezes ao engano até os próprios companheiros de categoria, pois acabam acreditando nas notícias veiculadas.

Para o coordenador da Fenajufe, dado o momento por qual estamos passando "de ataque, de escuridão, de guerra", os trabalhadores devem

fazer a si próprios o seguinte questionamento: para onde estamos indo? E, diante disso, escolher o lado da luta. E entender que independente da escolha, seja ao optar pela ação ou pela omissão, isso contará para o resultado, positivo ou não.

Por fim, os servidores presentes no evento deliberaram por algumas propostas para nortear a Campanha Salarial de 2016.

Bandeiras de Luta

- Em defesa do Iamspc;
- Pela aprovação das PECs 414/2014, 555/2006 e 526/2010;
- Redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução dos salários;
- Contra a nova Reforma da Previdência. Nenhum direito a menos para os trabalhadores: a) isonomia de todos os servidores do TJ-SP no mesmo regime de Previdência;
- Em defesa do serviço público;
- Fim dos ataques aos direitos trabalhistas;
- Contra o ajuste fiscal proposto pelo Governo;
- Fim da criminalização dos movimentos sociais.

Eixos da Campanha Salarial

- 1) Pagamento da reposição salarial das perdas acumuladas desde 2002 (pauta de cinco itens entregue pelas entidades representativas na reunião com o presidente do TJ-SP);
- 2) Defesa do serviço público e valorização do servidor;
- 3) Defesa do direito dos agentes que tiveram os cargos transformados em escreventes (em razão da Adin) e transformação dos agentes operacionais, de serviço e fiscalização em escreventes.

AASPTJ-SP

Diretora da AASPTJ-SP participa de roda de conversa do CRP-SP sobre o trabalho no Judiciário

No dia 18 de fevereiro, a AASPTJ-SP esteve presente ao evento do CRP-SP: Roda de Conversa - Processos de trabalho no Tribunal de Justiça, com palestra proferida pela conselheira fiscal Claudia Anaf, com participação do tesoureiro Eduardo Neves.

A conselheira do CRP-SP e coordenadora do Núcleo Justiça Regiane Piva abriu o evento analisando que a temática da Psicologia em interface com a Justiça tem crescido ultimamente em interesse e em demandas ao Conselho de Psicologia. Acrescentou que este evento é preparatório para o COREP (Congresso Regional de Psicologia), cujo objetivo é permitir que os profissionais possam fazer reflexão sobre esta área e levantem propostas para melhoria da atuação dos psicólogos nos processos de trabalho no Tribunal de Justiça.

Claudia Anaf apresentou importante histórico acerca da instalação dos serviços de Psicologia em São Paulo, destacando as dificuldades para atuação na área: não havia disciplinas na faculdade, materiais ou livros de Psicologia Jurídica na época. Relatou que obteve materiais de uma associação argentina, para a qual entrou em contato e a partir de congres-

os de psicologia realizados no Chile. Expôs proposta de que o CRP provoque o CFP a fim de fazer gestões junto ao MEC para tornar obrigatórias disciplinas sobre Psicologia Jurídica na formação profissional.

Claudia destacou ainda questões éticas relacionadas ao atendimento psicológico no Judiciário, conforme previsto no Artigo 151 do ECA, como a quebra de sigilo devido a subordinação à autoridade judiciária, o caráter "obrigatório" da pessoa comparecer ao atendimento do psicólogo, situações que se contrapõem ao que aprendemos formação acadêmica, que privilegia a clínica. Ressaltou que, apesar das dificuldades, o trabalho do psicólogo judiciário ocorre e é essencial para a Justiça.

Em seguida às discussões realizadas, foram levantadas dificuldades para atuação nos fóruns como ambiente inadequado ao atendimento do jurisdicionado, falta de salas de atendimento ou salas sem isolamento acústico comprometendo o sigilo ético, assédio moral, questões de representações éticas em Varas de Família, dificuldades de atuação com adolescentes em conflito com a lei (visão



focada no punitivismo e no encarceramento), assim como dificuldades com processos de destituição do poder familiar e a temática do depoimento especial.

Eduardo Neves questionou se foi ou será reapresentada a proposta de mediação das denúncias éticas, a fim de que antes de se representar eticamente o psicólogo no Conselho, sejam possíveis tentativas de mediação entre as partes - denunciante e denunciado. A conselheira Regiane esclareceu que um grupo de trabalho vem discutindo esta proposta e que já há uma minuta de resolução a ser apresentada para a próxima APAF.

Ao final do evento, foram coligidas as propostas dos participantes:

- Que o Conselho Federal de Psicologia se articule junto ao MEC, problematizando a falta de Psicologia Jurídica e a importância de incluir essa matéria no currículo, assim como nos campos de estágio;

- Confecção de cartilhas populares e lúdicas esclarecendo a população quanto a atuação do psicólogo nos diversos âmbitos da Justiça: Tribunal de Justiça, Sistema Prisional, Fundação CASA, instituições de acolhimento, entre outras;

- Que o CRP-SP realize em parceria com o SinPsi (Sindicato dos Psicólogos de São Paulo) e a AASPTJ-SP reuniões com os gestores dos Tribunais de Justiça, a fim de debater as implicações éticas nas más condições de trabalho (proposta nacional e regional);

- Produzir cadernos de Referências Técnicas para atuação nas Varas de Infância e Juventude,

- Produzir cadernos de Referências Técnicas para atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei

Eduardo Neves, primeiro tesoureiro

Em Pauta

Informações sobre contribuição sindical compulsória

A AASPTJ-SP recebeu diversas consultas sobre a contribuição sindical compulsória, divulgada no Diário Oficial no dia 08 de março.

Nossa assessoria jurídica elaborou este comunicado de esclarecimento sobre a questão.

Infelizmente, tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça decidira que o servidor público também é obrigado a pagar a Contribuição Sindical, equivalente a um dia de salário. O Mandado de Segurança foi impetrado pelo Sindicato contra o Estado de São Paulo. A AASPTJ-SP, apesar de não ser parte no processo, mesmo assim manifestou-se por escrito no mesmo, adotando posição contrária ao desconto da Contribuição Sindical.

O processo foi até o Superior Tribunal de Justiça onde, infelizmente, os Ministros julgaram a favor dos Sindicatos, conforme abaixo:

RECURSO ORDINÁRIO EM MAN-

DADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA (IMPOSTO SINDICAL).

INCIDÊNCIA PARA TODOS OS TRABALHADORES DE DETERMINADA CATEGORIA INDEPENDENTEMENTE DE FILIAÇÃO SINDICAL E, DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA OU ESTATUTÁRIO. NÃO INCIDÊNCIA PARA SERVIDORES INATIVOS.

1. O STJ tem posicionamento pacificado no sentido da obrigatoriedade dos servidores públicos celetistas ou estatutários, independentemente de filiação, à contribuição sindical compulsória (imposto sindical). Precedentes: REsp. n. 612.842-RS, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 11.04.05; REsp. n. 728.973/PA, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 10/04/2006; RMS n.26.254 - MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.10.2008; RMS n. 30.930 PR, Segunda Tur-

ma, Rel. Min. Eliana Camon, julgado em 01.06.2010; AgRg no RMS n. 36.403-PI, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 14/05/2013; RMS n. 37.228-GO, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 13/08/2013, DJe 20/08/2013.

2. O dispositivo legal que determina a cobrança da dita contribuição dos servidores públicos é o art. 579, da CLT, que define claramente a sujeição passiva da contribuição como sendo "devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal". O artigo deve ser reinterpretado à luz do art. 37, VI, da CF/88, que revogou o art. 566, da CLT. Indiferente, portanto, que o art. 580 da CLT faça uso da palavra "empregados", já que não define a sujeição passiva. Também indiferente o art. 7º, "c", da CLT, pois o art. 579 expressamente invoca a sujeição passiva para todos os membros de uma determinada categoria econômica ou profissional, a abranger, certamente, o funcionalismo público. 3. A obrigatoriedade do recolhimento não atinge os servidores públicos inativos. Precedentes:

AgRg no REsp 1281281 / SP, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 19.04.2012; REsp 1261594 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 09.08.2011; REsp 1225944 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 05.05.2011. 4. A CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB é parte legítima para ajuizar o mandado de segurança e receber o repasse da referida contribuição sindical compulsória. Precedente: MS 15.146/DF, Rel. Ministro Ari Pargender, Corte Especial, julgado em 1º/9/2010, DJe 4/10/2010. 5. Inaplicável, nesse momento, a exigibilidade da publicação de editais prevista no art. 605, da CLT, pois o que se discute no presente processo é a retenção e recolhimento da contribuição no âmbito administrativo (técnica de arrecadação) e não o seu lançamento mediante notificação ao contribuinte a fim de constituir contra ele o próprio crédito tributário, esta sim, via publicação de editais. 6. Recurso ordinário parcialmente provido. (RMS 45.441/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 23/04/2015) A posição do STJ, na verdade, segue a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), onde a questão já havia sido julgada: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. SERVIDORES PÚBLICOS. INCIDÊNCIA. DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESPECÍFICA. PRECEDENTES O Supremo Tribunal Federal tem se orientado no sentido de que a contribuição sindical é devida pelos servidores públicos, independentemente da existência de lei específica regula-

mentando sua instituição. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 807155 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 07/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-211 DIVULG

Thiago Pugina, assessor jurídico

Pedidos administrativos

No dia 22 de março o TJ-SP publicou no Diário Oficial o Comunicado 2512/2016 da SPRH, no qual afirma que "os pedidos administrativos dos servidores relativos à cessação do desconto da contribuição sindical estão prejudicados, devendo os pleitos ser formulados perante o Juízo da execução por intermédio de advogado." Também reafirma que vai proceder com "os descontos de 5% do valor de um dia de trabalho de cada um dos servidores ativos do TJSP, em favor da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil."

A íntegra do comunicado pode ser conferida no site da AASPTJ-SP, no link Notícias/Publicações do TJ-SP.

Projeto de Lei

Nem tudo está perdido. Está em discussão no Senado a Proposta de Emenda à Constituição 36/2013, do senador Blairo Maggi (PR-MT), que retira da Constituição o dispositivo que estabelece essa cobrança. Blairo argumenta, na justificativa do projeto, que "a entidade sindical tem a obrigação de se fazer relevante para seus representados, não em virtude de lei, mas em razão de sua capacidade efetiva de representá-los e de fazer diferença na defesa de seus interesses".

A proposta foi debatida em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos, em 19/10/2015. Sob a relatoria do senador José Medeiros (sem partido -MT), que manifestou-se favorável à proposição, o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça. Na CCJ, decidiu-se pela realização de nova audiência pública sobre o tema, ainda sem data marcada.



Entidades e especialistas debatem Projeto de Lei 3792/2015 (escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência)

Representantes da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça (AASPTJ-SP), da Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica (AASP Brasil), e profissionais do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), do Núcleo de Assessoria Técnica do Ministério Público (NAT/MP-SP), da Defensoria Pública de São Paulo e da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reuniram-se, em São Paulo, no último dia 9 de março para a Oficina "A criança vítima ou testemunha de violência e sua exposição ao Sistema de Justiça – Debates sobre o PL 3792/2015". Também participaram as especialistas no tema Esther Arantes, psicóloga e professora da UERJ e Eunice Fávero, assistente social e professora da Unicsul.

O objetivo do evento era o de debater o Projeto de Lei, que institui a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, e pensar em alternativas e possíveis emendas ao projeto.

Todos os presentes mostraram preocupação com a crescente implantação de metodologias conhecidas como Depoimento Sem Dano por todo o país e como estas sensibilizam a sociedade com a roupagem de "protetivas" às crianças, quando na verdade se prioriza a responsabilização e a criação de provas processuais. Muitos apontaram que o Projeto de Lei indiferencia "escuta" de "depoimento", "oitiva" de "avaliação", como se fossem conceitos sinônimos.

Esther falou sobre a ausência de diversas legislações de referência da área da Infância e Adolescência, por exemplo, que o primeiro artigo do PL, exce-

tuando o artigo 227 da CF, não menciona nenhuma legislação nacional. "Por que este desconhecimento? Não me parece ser uma omissão gratuita. Cita a legislação internacional mas não menciona o ECA; as Resoluções do Conanda (particularmente as Resoluções 113 e 169); os diversos Planos Nacionais, entre os quais os da Convivência familiar e Comunitária e o Plano de Combate à violência sexual contra crianças e adolescentes; as diversas Políticas Públicas, principalmente as de Saúde e Assistência; e nem a Lei do SINASE.

Esta omissão me parece proposital", expôs.

Já Eunice apontou em sua fala o paradoxo do projeto que "em sua justificativa diz estar preocupado com a violência sofrida pela criança no Sistema de Justiça, mas ao mesmo tempo é elaborado predominantemente por juízes, promotores, juristas, ou seja, por profissionais de áreas que muitas vezes revitimizam a criança por não terem como preocupação central a proteção e sim a responsabilização".

Entre outras coisas, os participantes levantaram estes pontos que necessitam de atenção no Projeto de Lei:

- O PL não se referencia nas legislações e normativas nacionais sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, como ECA e resoluções do CONANDA;

- O PL indiferencia "escuta" de "depoimento", "oitiva" de "avaliação". E também indiferencia a concepção de criança e de adolescente. Trata estes conceitos como



se fossem equivalentes, quando, na verdade, referem-se a concepções diferentes;

- Concebe que crianças de qualquer idade podem ser ouvidas, o que pode implicar no seu próprio entendimento do fenômeno e em sua capacidade de consentir sobre este depoimento, não discutindo os debates relacionados à primeira infância;
- Assujeitamento das políticas públicas às determinações do sistema de justiça, o qual desconhece os objetivos específicos destas políticas;
- Indiferencia o processo penal das políticas públicas: coloca os profissionais a serviço da produção de provas;
- O PL tenta criar novos constructos, se desviando do que já existe em termos de tipificações dos serviços nas áreas de saúde, assistência social e do próprio Sistema de Garantia de Direitos;
- A ausência de participação das políticas públicas na discussão, faz com que o PL ignore a dinâmica dos serviços já criados, além de tentar criar um grande complexo de serviços que contemplem, pretensamente, a execução de diversas políticas públicas, quando, na verdade, tenta suprir as necessidades do processo judicial;
- O PL parte do pressuposto de que falar várias vezes é revitimização, o que nem sempre acontece quando a criança traz a revelação de forma espontânea. Revitimizante é a obrigação de falar;
- O PL diz que a criança tem o direito de permanecer calada, mas explicita que, neste caso, ela será informada sobre as implicações de não depor, o que viola a sua liberdade de escolha;
- Apresenta o tempo todo a superioridade do direito em relação às outras áreas;
- Quem controla a violência institucional perpetrada pela segurança pública e pela justiça e qual será o critério utilizado para definição desta violência?
- O PL parte do pressuposto de que toda manifestação sexual na infância/adolescência pode ser um abuso. Os jogos sexuais entre crianças e adolescentes, de idades não tão díspares, poderão ser vistas como abuso sexual;
- PL conceitua as violências e ao mesmo tempo chancela esta violência;
- Na sua concepção, o PL aniquila a autonomia dos profissionais;
- Desespecialização das varas da infân-

cia;

- Violação do sigilo do profissional.
- Após amplo debate sobre como fazer frente ao Projeto de Lei e pensar alternativas, os presentes aprovaram os seguintes encaminhamentos/pontos de trabalho, entre outros:
- Qual será o posicionamento em relação ao PL: proposição de alterações para aperfeiçoá-lo ou arquivamento? Criação de um PL substitutivo?
 - Estratégias de discussões com as categorias profissionais, dentre elas, a efetivação de seminários sobre o tema;
 - Audiências Públicas com a participação de todos os atores;
 - Pensar em estratégias jurídico-políticas para a questão;
 - Buscar informações sobre como se deu a participação dos sujeitos mencionados no grupo de trabalho do PL;
 - Discutir quem defende a criança no processo judicial – Ministério Público ou Defensoria Pública?
 - Participação das políticas de assistência social, saúde e educação na elaboração do PL;
 - Os profissionais é quem deverão dizer quais serão as metodologias de trabalho;
 - Propor ação junto ao Supremo Tribunal Federal para saber se o Judiciário tem poder de alterar o poder regulamentar concedido por lei aos Conselhos Federais;
 - Defesa da proteção da criança e do adolescente bem como a autonomia profissional
 - Inclusão desta questão como pauta no CONANDA;
 - Reunião com CONANDA antes de uma possível discussão com a deputada Maria do Rosário (PT), autora do projeto;
 - Agendamento de uma nova reunião com o grupo da oficina para após avaliar possibilidade de se reunir com a deputada – a ser realizada em abril;
 - Articulação com CNAS;
 - Produzir um relatório desse encontro e protocolar com a deputada Maria do Rosário;
 - Articular com os movimentos sociais para discussão;
 - Mobilização para conscientização da temática;
- Nova reunião irá ocorrer em abril para dar andamento aos encaminhamentos.

Em Pauta

Palestra: Depoimento especial de crianças e adolescentes – Uma prática psi?

No dia 11 de março, o primeiro tesoureiro da AASPTJ-SP, Eduardo Neves, a segunda secretária, Lilian Macedo, e psicólogos associados acompanharam a palestra proferida pela professora Leila Torraca, no auditório do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP).

O tema da palestra foi "Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – Uma prática psi?". Leila falou sobre sua pesquisa acadêmica que teve por objetivo estudar as diversas práticas de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência, conhecidas como Depoimento Sem Dano, que se espalharam por todo o país. Psicólogos de diversos estados participaram da pesquisa com levantamento de dados.

Ela fez um resgate de como a onda começou a partir da implantação do projeto Depoimento Sem Dano, de autoria do juiz do Rio Grande do Sul, José Antônio Daltoé, em 2003 e com a apresentação do Projeto de Lei 4126/2004, que acrescentava o artigo 161-A ao Código de Processo Penal.

A partir do momento que as diversas metodologias começaram a se espalhar pelo Brasil, muitos profissionais começaram a levantar questionamentos: "Qual é o embasamento teórico para estas práticas? Mas é sem dano mesmo? Sem dano para quem?".

Leila percorreu o país com o objetivo de acompanhar de perto estas experiências. Ela relatou que começou a estranhar algumas modificações nas salas como, por exemplo, a retirada de brinquedos. "Quando questionei, me disseram que era porque o brin-

quedo atrapalhava as filmagens." A professora também observou que, na maioria, das vezes a criança acabava sendo ouvida ao menos duas vezes; em raras ocasiões se ouvia o acusado; a preocupação com o posicionamento da criança na sala para não prejudicar a filmagem; confusão conceitual entre escuta e inquirição; a priorização à prova e punição ao agressor; a transformação do direito da criança em ser ouvida em "obrigação de ser ouvida", entre outras coisas.

Para Leila, o questionamento que necessitamos refletir é: "Inquirição é atribuição de psicólogo? E inquirição com perguntas de outras áreas (juízes, promotores e defensores)?"

Para Leila, o questionamento que necessitamos refletir é: "Inquirição é atribuição de psicólogo? E inquirição com perguntas de outras áreas (juízes, promotores e defensores)?"

Parte dos estudos realizados pela professora e sua equipe são relatados na obra organizada pela professora "Escuta de crianças e adolescentes - Reflexões, sentidos e práticas", publicada pela Editora Uerj, em 2012. A AASPTJ-SP conta com este livro em seu acervo para consulta de seus associados.



Associados da AASPTJ-SP têm desconto no Hotel Colônia da Aojesp

A AASPTJ-SP firmou parceria com a Aojesp (Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo) para que nossos associados tenham desconto no Hotel Colônia desta entidade, em Caraguatatuba.

Os descontos serão concedidos de acordo com a tabela vigente no período solicitado.

Para solicitar reservas basta ligar para: (11) 3585-7805 ou (11) 3585-7804 (11) 3585-7804



SERVIÇOS

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretoria:

Presidente – Elisabete Borgianni
Vice-presidente – Catarina Volc
Primeira secretária – Maria Helena Correa
Segunda secretária – Lilian Magda de Macedo
Primeiro tesoureiro – Eduardo Campos Neves
Segunda tesoureira – Marganda Maria Buosi

Conselho fiscal:

Claudia Anaf
Fátima Elizete Zanoni
Marta Rezende Viela

Suplentes: Nanci Adelina Kurata e Elaine Major Ferreira

Conselho editorial: Maria Helena Correa, Lilian Magda de Macedo, Marganda Maria Buosi e Ana Carolina Rios

Redação, edição e diagramação: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb. 35.875 – SP)

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – cj 21 – Centro – São Paulo
Cep: 01042-001 Tel: (11) 3256-5011 Site: www.aasptj-sp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria